

Guerra Interminável?

Fernando Jorge Cardoso

Novamente entrincheirados nas suas posições, financiados pelo petróleo e pelos diamantes, MPLA e UNITA arrastam Angola para o descalabro económico e social, numa guerra que assume cada vez mais contornos regionais.

O longo conflito armado em Angola entrou numa nova fase. As movimentações políticas e as tentativas de mediação entre MPLA e UNITA parecem ter dado lugar a mais uma etapa de confrontação violenta pelo acesso e o controlo de recursos e pela conquista do poder político.

Hoje, mais do que nunca, o essencial do poderio bélico da UNITA é de natureza convencional: blindados, mísseis, artilharia de longo alcance, viaturas de transporte. Esta aposta em armamento mais pesado resulta, em certa medida, da desertificação das áreas rurais e da concentração da população no litoral e nos centros urbanos dominados pelo Governo - o que retira margem de manobra à guerra de guerrilha; resulta ainda da forte capacidade financeira do movimento de Jonas Savimbi, em consequência da exploração de diamantes; resulta, por fim, do aumento da margem de manobra regional da UNITA, na Zâmbia e no ex-Zaire, facilitado pelas alianças no terreno com as forças anti-Kabila e com os regimes outrora aliados de Luanda - Uganda, Ruanda e Burundi.

Por seu turno, o Governo de Angola, dirigido pelo MPLA, convencido da possibilidade de infligir uma derrota militar à UNITA, resolveu dar uma resposta militar ao não-cumprimento dos acordos de Lusaca e ao evidente rearmamento da UNITA. Para tal, o Governo de José Eduardo dos Santos tem vindo a adquirir equipamento militar moderno e a reforçar os efectivos da Forças Armadas e da Polícia de Intervenção, procurando manter as principais zonas urbanas sob o seu controlo e preparar ofensivas militares para quebrar o poderio inimigo. As derrotas sofridas no terreno em Dezembro de 1998 na tentativa de conquista das praças fortes da UNITA, o Bailundo e o Andulo, parecem não ter sido suficientes para diminuir a convicção dominante na direcção do MPLA.

Os antecedentes

Para permitir uma melhor perspectiva da situação actual convém relembrar algumas das características essenciais de etapas anteriores do conflito angolano:

1ª fase: 1961-1966 (UNITA) -1974, guerra anti-colonial: confrontos ocasionais entre MPLA e UNITA; guerra de guerrilha.

2ª fase: 1975-1988, acordos de Alvor e independência: aliança UNITA-África do Sul, com apoio militar dos EUA contra MPLA-Cuba, com apoio militar da URSS; guerra mista, de tipo convencional e de guerrilha.

3ª fase: 1988-1992: acordos de Nova Iorque, retirada de Cubanos e Sul-Africanos, processo de paz - de Gbadolite a Bicesse - com a assinatura dos acordos de paz em 1991, e o acordo de disputa pacífica do poder através de eleições; início do mandato de Margareth Anstee como representante do secretário geral da ONU, vivendo Angola um período de paz que durou cerca de 16 meses.

4ª fase: 1992-1995: derrota eleitoral da UNITA e não-aceitação por esta dos resultados eleitorais; acontecimentos sangrentos em Outubro-Novembro de 1992 em Luanda com a morte de milhares de militantes e simpatizantes do movimento

do Galo Negro; regresso à guerra, havendo um processo de transformação das FAPLA em FAA e mantendo-se o exército da UNITA maioritariamente operacional; ocupação de cidades e centros rurais pela UNITA; contra-ofensiva do MPLA e avanço militar sobre praças fortes da UNITA no planalto central; início do mandato de Alioune Beye como representante do secretário geral da ONU e pressões internacionais para o retorno às negociações; período de avanços e recuos negociais em função de avanços e recuos militares; acordos de Lusaca.

5ª fase: 1995-1997: realização parcial dos acordos de Lusaca, nomeadamente na sua componente política com a formação de um Governo de Unidade e Reconciliação Nacional; não cumprimento do acantonamento e do desarmamento pela UNITA; não-entrega de partes do território à administração central e problemas entre Governo e UNITA em áreas entregues; recomeço de combates localizados; o processo de paz entra num impasse e a guerra ganha terreno.

6ª fase: 1997-98: intervenção das FAA no Congo Brazzaville em apoio ao ex-presidente Denis Sassou Nguesso; intervenção de Luanda no ex-Zaire ao lado de Laurent Kabila e da UNITA ao lado de Mobutu na primeira fase do conflito; morte de Alioune Beye e denúncia do protocolo de Lusaca pelo Governo; desinvestimento político acentuado da comunidade internacional na região e crescente envolvimento de forças e interesses regionais e locais nas guerras do Congo; alianças com o Uganda e o Ruanda; aparente recuo militar e político da UNITA; criação da UNITA renovada, sem qualquer eco internacional ou interno, mantendo-se a situação de confrontação aberta entre dois campos, um liderado por Eduardo dos Santos e pelo MPLA, suportado pelos recursos petrolíferos, e outro por Savimbi e os seus mais próximos colaboradores, assente nas receitas provenientes da exploração de diamantes; Issa Diallo inicia o seu mandato de representante especial do secretário geral das Nações Unidas para Angola sem quaisquer capacidades de pressão; retirada da ONU.

A actual situação militar

O recente agravamento da situação militar tem vindo a acentuar o descalabro económico e social de Angola, com um evidente distanciamento entre o poderio financeiro resultante do petróleo e dos diamantes e a realidade económica dos sectores informais e das desigualdades sociais crescentes. O aumento da corrupção no seio das elites dirigentes e a ausência de perspectivas de futuro têm provocado desmoralização das forças do Governo, o que é evidente na pouca motivação dos recrutas e soldados para esta nova fase da guerra.

A aposta evidente de ambas as partes numa solução militar assenta numa situação caracterizada pelo domínio, por parte do Governo, das principais cidades do país, da zona litoral e de algumas regiões de natureza estratégica, particularmente no Nordeste do território; por sua vez, a UNITA opera em vastas zonas do Leste de Angola, com predominância em regiões do planalto central e nas Lundas. O mapa apresentado dá um panorama das regiões de mais forte implantação político-militar de ambos os lados.

Com se verifica, em termos gerais o país tem claramente duas áreas de influência demarcadas: a leste da UNITA, a oeste do Governo. Essa linha de demarcação, embora naturalmente fluida, passa por Cuimba (Zaire) a Sanza Pombo (Uíge), continua por Caculama (Malange), Cangandala (Malange) e Mussende (Cuanza Sul), deriva para Lunduimbali (Huambo) a Chipeta (Bié) e avança por Cuito-Canavale até Savate e Cuangar (todas no Cuando-Cubango).

No Leste, as forças governamentais têm o controlo ou uma forte presença militar em três zonas com as seguintes delimitações:

Menongue (Cuando-Cubango) - Cuito-Canavale (Cuando-Cubango) - Chitembo (Bié) - Cuchi - Caiundo - Cuito-Canavale (todas no Cuando-Cubango);

Luenha - Camanongue - Leua (todas no Moxico);

Saurimo (Lunda Sul) - Lucapa - Chitato, ao longo da estrada na Lunda Norte;

Xá-Muteba, Cuango e Luremo - ao longo da estrada, na Lunda Norte.

A Oeste a UNITA tem o controlo ou uma forte implantação militar nas seguintes zonas:

Chipindo - Chicomba - Galangue - Kuvango, todas na Huíla;

Eixo Catata - Hungulo até à estrada principal, no Huambo;

Círculo até às zonas limítrofes de Cassongue (Cuanza Sul), Waku Kungo (Cuanza Sul) e Bocoio (Benguela).

Do ponto de vista demográfico, nas regiões controladas pelo Governo está concentrado o essencial da população - pese embora a falibilidade dos números por causa da elevada mobilidade das populações rurais e das migrações campo-cidade, esta percentagem não andarão longe dos 80 por cento.

As principais confrontações militares, envolvendo infantaria, artilharia e aviação, têm ocorrido nas imediações da cidade de Malange e, no planalto central, ao longo da estrada principal entre Camacupa e Kuito no Bié e num raio que integra Cunhinga e Andulo no Bié e Bailundo no Huambo.

A componente regional

Um dos novos dados da actual situação-político militar em Angola é a forte implicação regional da guerra, cujo eixo de ligações passou marcadamente do Sul e do Sudeste para o Norte e Nordeste nos últimos anos. Ou seja, após a independência da Namíbia e o fim do apartheid, as fronteiras a Sul tornaram-se mais seguras, enquanto que as regiões limítrofes com a Zâmbia e a República Democrática do Congo passaram a constituir o principal alvo de preocupações de segurança do regime.

O jogo de alianças regionais e o envolvimento de mercenários na guerra configura uma situação altamente volúvel, na medida em que o aliado de ontem se torna muito rapidamente o inimigo de hoje; por outro lado, a dimensão dos recursos financeiros envolvidos permite também que a compra de material de guerra ou a contratação de mercenários tenha a mesma origem - Ucrânia, Rússia, Jugoslávia, África do Sul, entre outros. Ou seja, a guerra em Angola é cada vez menos uma guerra de valores (regime colonial - movimentos de libertação, capitalismo - socialismo, ditadura - democracia) e cada vez mais uma guerra de interesses.

Do ponto de vista formal, a UNITA de Jonas Savimbi não tem legitimidade para manter Angola refém dos seus interesses - mas mantém. Por seu lado, o MPLA possui a legitimidade de ter ganho as eleições e de ter aceite o retorno à mesa de negociações num momento em que estava em condições de infligir uma pesada derrota militar aos seus adversários, em Novembro de 1994. Porém, esta legitimidade original tem perdido expressão ao ser acompanhada de um cada vez maior distanciamento da população, bem como do aumento claro de situações de corrupção e abuso do poder.

Em qualquer caso, mesmo com o reconhecimento internacional, o Governo angolano não parece estar em condições de derrotar militarmente a UNITA - o que não significa que não esteja disposto a tentá-lo. Porém, o actual contexto militar e regional é-lhe bem menos favorável do que era entre meados de 1997 e 1998. Na realidade, o reacender da guerra na República Democrática do Congo, com uma clivagem na aliança regional que havia levado ao fim do regime de Mobutu - então somente apoiado pela UNITA -, criou condições bastante mais favoráveis ao movimento de Savimbi, que passou a contar com o apoio do Uganda, do Ruanda e agora também do Burundi.

Embora permaneçam por esclarecer na sua globalidade as razões do envolvimento do Governo angolano ao lado de Kabila contra os seus ex-aliados tutsi, parece ter pesado mais na balança decisória de Luanda a intenção de normalizar a prazo as relações com os Congos, e, particularmente, a República Democrática do Congo. Daí o não-apoio à componente tutsi do Exército de Kabila, claramente repudiada pela população de Kinshasa e das regiões fronteiriças com Angola, com se pode observar nos acontecimentos violentos que acompanharam a tentativa de tomada do poder da parte do Exército controlado pelos Ruandeses em meados de 1998.

Em qualquer caso, e pelo menos a curto prazo, o balanço de forças em Angola e na região tornou-se mais favorável à UNITA a partir do final de 1998. Os problemas militares desde então encontrados pela aliança pró-Kabila no Congo e as derrotas sofridas no planalto central pelas tropas governamentais angolanas em Dezembro, na sua tentativa gorada de conquistar as praças fortes da UNITA - o Andulo e o Bailundo -, contribuíram ainda mais para um novo impasse militar no conflito.

Porém, dada a história de fracassos sucessivos de um entendimento negocial entre o MPLA e a UNITA, tendo em conta o insucesso das Nações Unidas e atendendo ao crescente desinteresse das potências ocidentais pelo conflito em Angola (salvaguardada que parece estar na defesa das plataformas petrolíferas), tudo indica que a opção militar vai prevalecer no curto prazo.

Apesar das perspectivas pouco optimistas sobre a evolução do conflito, há no entanto, um aspecto positivo a destacar, designadamente um envolvimento crescente de membros da UNITA, do MPLA, dos partidos não armados, das igrejas e, em geral, de organizações da sociedade civil a favor da paz e da reconciliação. Após fracassarem todas as iniciativas dirigidas pela comunidade internacional para encontrar uma solução pacífica para os conflitos, talvez tenha chegado a hora de os próprios Angolanos assumirem a liderança do processo. ué da Namíbia têm uma racionalidade diferente que, por um lado, releva da afirmação regional de ambos os regimes, particularmente em oposição à África do Sul. O posicionamento deste país é, por seu lado, dúbio, na medida em que, a coberto da neutralidade, acaba por assumir uma posição próxima de Kampala e Kigali e hostil aos seus parceiros da SADC.